

**CONSCIÊNCIA SUSTENTÁVEL**

Conheça boas práticas em desenvolvimento na 1ª Região que visam ao uso consciente de recursos naturais e à preservação do meio ambiente



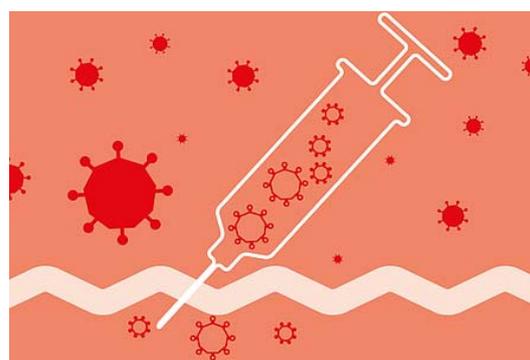
Conciliação pretende zerar lista de espera para atendimentos de radioterapia no SUS do Distrito Federal

## SAÚDE

### Verde, amarelo e... manchas vermelhas

Sarampo é uma das principais causas de morte entre crianças, e o Brasil enfrenta surto da doença em dois estados

A região das Américas recebeu o Certificado de Eliminação de Sarampo em 2016, mas o vírus volta a preocupar a população e os governos, inclusive o brasileiro.



# Consciência sustentável

A participação do Judiciário no 8º Fórum Mundial da Água e as práticas da JF1 para desenvolver uma gestão sustentável e contribuir para uma atuação consciente no setor público



Thainá Salviato | Ed. 86 Mar 2018

A oitava edição do [Fórum Mundial da Água](#), evento que reuniu em Brasília as maiores autoridades do planeta no tema, no período de 18 a 23 de março, foi marcada pela elaboração de [acordos](#) que buscam a colaboração entre governos, o fortalecimento da consciência sustentável e o compromisso dos poderes com a gestão dos recursos hídricos.

As atividades do Fórum foram iniciadas com a Conferência de Juízes e Promotores, que contou com a presença da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmén Lúcia, e da procuradora-geral da República, Raquel Dodge.



Conferência de juízes e promotores

Durante o encontro, foi destacada a percepção de que membros da Justiça brasileira e magistrados de diversos países estão atentos para o problema que a falta de cuidado com a água vem causando no mundo.

O ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), conduziu o primeiro painel do evento. Ele falou da importância dos debates do Judiciário no Fórum. "A ideia é fazer uma integração [nas ações]. Não é só quem é especialista em meio ambiente, mas todos os seres humanos, inclusive nós que somos juristas", declarou.

Uma das maiores autoridades em Direito Ambiental do País, o desembargador federal Souza Prudente, do TRF1, participou da elaboração da [Declaração de Brasília](#), uma carta que solidifica a posição dos juizes participantes do Fórum sobre o direito humano e fundamental à água. O documento servirá de guia para a aplicação da jurisdição ambiental.

O magistrado destacou que o documento estabelece o princípio do devido processo judicial em defesa da água: "Nós juizes temos uma legislação processual recentemente aprovada pelo Congresso Nacional que cristaliza as normas do processo civil brasileiro, em que o juiz tem uma ferramenta importante para dar eficácia imediata às suas decisões". O desembargador ressaltou que a justiça tardia não defende o meio ambiente e que o juiz que não enfrenta a jurisdição ambiental no tempo oportuno não produz uma justiça eficaz.

**Judiciário consciente** – A participação ativa de magistrados e membros do Ministério Público nos debates promovidos no 8º Fórum Mundial da Água refletem a responsabilidade socioambiental que já permeia as atividades do Judiciário há alguns anos.

Desde 2012, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem aumentando as exigências para que as instituições públicas sigam padrões rigorosos de produção e consumo e para que as obras estejam de acordo com as normas ambientais.

Em fevereiro de 2015, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) determinou boas práticas de gestão e de uso de energia elétrica e água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Seguindo essa linha de atuação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou, em março de 2015, a Resolução nº 201/2015, que estabeleceu a criação de unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Em fevereiro de 2016, o TRF 1ª Região instituiu as diretrizes para elaboração do [Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região](#), instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal, que permitirá criar e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que propiciem maior eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando-se a visão sistêmica da 1ª Região. A medida foi efetivada por meio da [Resolução Presi nº 4](#).

O principal objetivo do PLS é promover ações que estimulem a reflexão e proporcionem a mudança nos padrões de compra e de consumo da Justiça Federal da 1ª Região, o contínuo aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do Tribunal no meio ambiente, a promoção de contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos, a capacitação da força de trabalho e a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Hoje, dois anos após a implementação do PLS, essa nova fase da gestão socioambiental na 1ª Região já apresenta resultados significativos e mostra o engajamento do TRF1 e das suas Seccionais em promover uma gestão mais sustentável.

**Mudança de hábito** – Um exemplo de gestão sustentável é a rotina da Coordenadoria de Taquigrafia (Cotaq). Desde 2008, a equipe do setor está focada em retirar o papel de suas atividades, além de promover outras mudanças, como a redução do consumo de copos descartáveis. "Nós limitamos papel e copo e aderimos à separação de lixo.

Todos têm que passar na minha sala e apanhar dois copinhos, um para água e outro para café, para todo o expediente. Ninguém usa papel do órgão para tirar cópias ou imprimir coisas pessoais. Quem começou com esse pensamento consciente foi o nosso setor de apanhamento, que precisava imprimir uma quantidade grande de material, revisava e imprimia de novo para mandar para os gabinetes. Agora é tudo *on-line*, a revisão e o envio para os gabinetes", destaca Maria Auxiliadora, diretora da Cotaq.



Cotaq focada em retirar o papel de suas atividades

Outra rotina adotada pelo grupo de taquígrafos do Tribunal foi a coleta dos papéis utilizados durante as sessões para uso como rascunho. Com essas atitudes, o setor reduziu significativamente os gastos. "Em 2014, nós gastávamos 120 resmas de papel por ano. Em 2017, nós conseguimos tirar praticamente 100%. Cartuchos, em 2014 gastamos sete, que já é pouco, e em 2017 não passamos dos dois. Recentemente, foi publicada também uma [resolução](#) determinando que todas as sinopses de pautas venham *on-line*, porque a taquigrafia não trabalha com papel. Agora o nosso objetivo é fazer a máquina funcionar com outras coordenadorias para que ninguém mais imprima", afirmou.

Além das mudanças na rotina dos funcionários, a Cotaq também vem modificando a metodologia de trabalho e a forma de armazenar o conteúdo que resulta do acompanhamento e dos registros das sessões de julgamento, do Corte Especial e do Conselho de Administração do Tribunal. O setor fez um trabalho de conscientização com os gabinetes e, hoje, recebe as sinopses, que subsidiam o trabalho dos apanhadores e dos revisores, em meio digital.

A supervisora da Divisão de Revisão da Taquigrafia (Direv/Cotaq), Julia Beckman Meirelles, explica que a nova forma de trabalhar também começou a ser implementada na Direv no início de 2016, de forma gradual. "A mudança sempre dá trabalho. Desde o início de 2016 nós já vínhamos conversando sobre a retirada do papel. As pessoas reclamaram muito, mas em janeiro de 2017 nós retiramos o papel. O gabinete antes não mandava as sinopses digitalizadas, e nós íamos diretamente até eles pedir para que as mandassem. Hoje em dia, eles enviam um pouco antes da sessão, mas, antes eles imprimiam duas cópias de cada, uma para o apanhamento e outra para a revisão.

Enfrentamos também dificuldades técnicas, como para fazer as marcações nos arquivos, porque não tínhamos as licenças do programa para fazer isso. Mas, hoje, a equipe toda abraçou esta causa e até considera que o trabalho se tornou mais eficaz além de alcançar qualidade de vida no trabalho", conta Julia.

Em 2017, a Taquigrafia ganhou mais força no trabalho de redução do uso do papel com a publicação da [Resolução Presi 5](#), que dispõe sobre a atualização e a uniformização de procedimentos judiciais e cartorários no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O documento estabelece que as solicitações feitas pelos advogados ou pelas partes referentes a notas taquigráficas serão feitas às unidades processantes das turmas, que, após despacho da autoridade competente as enviará à Cotaq. A Taquigrafia, por sua vez, fornecerá a gravação em mídia do julgamento do processo aos requerentes.

**Reaproveitamento de água** – Segundo o mais recente Relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, 3,6 bilhões de pessoas em todo o mundo, o que corresponde, aproximadamente, à metade da população mundial, vivem em áreas com potencial escassez de água em ao menos um mês por ano. Esse número pode aumentar para mais de 5 bilhões em 2050.

Durante o mesmo período, a demanda mundial por água, estimada atualmente em torno de 4,6 mil km<sup>3</sup> por ano, pode alcançar 5,5 mil km<sup>3</sup> ou 6 mil km<sup>3</sup> por ano. Com o volume de 4,6 mil km<sup>3</sup> por ano, o atual uso mundial de água doce já está perto do limite máximo de sustentabilidade, e esse equilíbrio frágil, na verdade, esconde grandes disparidades locais e regionais.

Enquanto as Nações Unidas lançam a Década Internacional de Ação "Água para o Desenvolvimento Sustentável", o TRF1 reafirma seu compromisso com o futuro na intensificação de ações do Plano de Logística Sustentável (PLS).

No Tribunal são utilizados aproximadamente 53 mil km<sup>3</sup> de água por ano, e a Meta 6 do PLS é reduzir o consumo de água/esgoto até 2020. Os servidores já estão envolvidos no cumprimento dessa meta.

Caroline Ferreira é a fisioterapeuta responsável pelo Setor de Fisioterapia (Setfis), vinculado à Divisão de Assistência à Saúde (Diasa/Secbe), e explica que o reaproveitamento da água utilizada em um equipamento de fisioterapia conhecido como "turbilhão", com capacidade de armazenamento de 150 litros, começou a ser realizado em 2015. A técnica funciona assim: a água dispensada é coletada em um reservatório e depois é reaproveitada na limpeza. Com uma coleta semanal, em 2017 o setor conseguiu reaproveitar 6.150 litros de água.

Na data em que se comemora o Dia Mundial da Água – 22 de março –, Carolina destaca essa boa prática ambiental que ela define como um trabalho "formiguinha". "Se cada um tiver consciência e fizer sua parte, seja trazendo uma caneca de casa para evitar o uso do copo descartável, seja desligando uma torneira que desperdiça água ou reduzindo a impressão de papel, cada ação isolada estará ligada ao todo, e, no fim, vamos contribuir para a saúde do Planeta Terra, que é a nossa casa", conclui a fisioterapeuta.

**Descarte verde** – O TRF1 já está colocando em prática o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) em cumprimento à [Lei Distrital nº 5.610/2016](#). Para que todos conheçam o trabalho desenvolvido pelas diversas unidades do Tribunal que atuam na gestão socioambiental, foi pensada para começar no dia 9 de abril a campanha que visa conscientizar todo o corpo funcional do TRF1 da necessidade de se envolver com a destinação correta do lixo produzido dentro do órgão.

O impacto negativo que o manejo inadequado dos resíduos sólidos pode causar ao meio ambiente é uma preocupação antiga do Tribunal, que já atua na gestão socioambiental desde 2008, quando instituiu a coleta seletiva no âmbito do órgão.

A criação do PGRS, mais que obrigatória para os grandes geradores de lixo, considerados aqueles que produzam mais de 120 litros de resíduos sólidos similares aos domiciliares, aí incluídos os órgãos públicos, convida cada pessoa a se responsabilizar pelo destino de tudo que consome e produz. Não basta se restringir a jogar o lixo na lixeira, pois o ônus do descarte desse material será custeado pelos respectivos geradores desses resíduos.

E nestes tempos de severa restrição orçamentária, o gerenciamento adequado desses itens é primordial para que o custo dessa contratação não traga impactos negativos ao orçamento do TRF1.

O PGRS demanda adequação das estruturas do Tribunal e criação de uma cultura institucional para segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos produzidos, envolvendo não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e destinação final desses resíduos.

Os resíduos orgânicos, recicláveis ou provenientes de obras e construções são o foco da campanha, pois esses nem sempre são gerenciados de maneira correta. É preciso que haja coleta seletiva eficiente, local de armazenamento identificado e transporte correto desses materiais.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos está alinhado à Meta 7 (ampliar a destinação de materiais diversos para reciclagem até 2020) do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRF1.

**Amapá sustentável** – Segundo o Relatório de Desempenho de Metas do PLS-SJAP (2016), divulgado recentemente, a Seção Judiciária do Amapá (SJAP) foi além das metas estipuladas para alguns temas, conseguindo reduzir em 44,5% o consumo de papel; em 58,6% o consumo de copos descartáveis; em 63,5% o consumo de *toner*; em 8,3% o consumo de energia elétrica e em 8,2% o consumo de combustível. Houve, ainda, aumento significativo na participação de servidores em ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho (27,4%) e em ações de capacitação e sensibilização para a sustentabilidade (65,7%).

O relatório informa, ainda, outras iniciativas de destaque como a implantação do gerenciamento de resíduos sólidos gerados no edifício-sede da SJAP. A diminuição no consumo de alguns itens, especialmente de copos descartáveis, a separação dos resíduos pelos setores. O encaminhamento desse material para reciclagem trouxe significativa redução do volume que era destinado ao aterro controlado de Macapá. Dessa forma, somente nos últimos cinco meses de 2016, foram encaminhadas para reciclagem cerca de 3,5 toneladas de resíduos.

Nesse caminhar, todo o resíduo resultante dos trabalhos de eliminação de autos findos também teve sua destinação obedecendo aos critérios de responsabilidade social e de preservação ambiental, com a reciclagem (fragmentação do papel, plástico das capas e colchetes) e a reutilização de caixas de plástico que acondicionavam autos findos (resíduo ainda servível). Assim, mais de 400 caixas foram doadas à Secretaria de Educação do Município de Macapá (Semed). "O material será distribuído para diversas escolas municipais. Será muito bem-vindo", comentou Adelson Guedes, chefe do Setor de Transporte da Semed, ao receber as caixas.

**Tecnologia limpa** – A Justiça Federal de Mato Grosso foi o primeiro órgão público do estado a instalar sistema próprio de geração de energia solar com a inauguração de sua usina fotovoltaica, no dia 6 de março.

Considerando a [Resolução Normativa Aneel nº 482/2012](#) – que permite ao consumidor brasileiro a possibilidade de gerar sua própria energia a partir de fontes renováveis –, em 2017, a Seção Judiciária de Mato Grosso (SJMT) comprovou a viabilidade técnica de implantação de usina solar em sua sede.



Implantação de usina solar na SJMT

De acordo com a companhia energética local, a Energisa, a SJMT é a segunda instituição da região em potencial de criação de radiação/energia solar no Mato Grosso, com capacidade de 300 kW, ficando atrás apenas de uma fazenda produtora de soja localizada no município de Campo Novo do Parecis, no interior do estado, cuja capacidade de geração é de 305 kW.

O sistema de geração proposto possui o formato de BIPV (Building Integrated Photovoltaic), termo em inglês que significa energia fotovoltaica integrada a edificações. O sistema será instalado de forma a gerar energia e proporcionar cobertura para veículos no estacionamento, diminuindo custos e tornando a estrutura da unidade jurisdicional ainda mais sustentável.

A energia solar fotovoltaica é obtida através da conversão direta da luz em eletricidade. O painel solar reage com a luz do sol e produz energia elétrica (energia fotovoltaica). Os painéis instalados são conectados uns aos outros e então conectados a um inversor solar. Este, por sua vez, converte a energia solar em energia elétrica que pode ser usada para alimentar qualquer equipamento elétrico (TV, computador, ar-condicionado, etc.).

O excesso de eletricidade gerado volta para a rede elétrica através do relógio de luz (relógio de luz bidirecional), o equipamento que faz a medição da energia consumida da rede quando não há sol. A energia solar devolvida à rede gera uma espécie de "crédito de energia" que serão utilizados durante as noites ou nos meses seguintes.

A potência da usina instalada na SJMT será de 345,6 kWp, gerados através de 1080 solares de 320W, distribuídos através de cinco modernos inversores de 50kW.

A posição geográfica do estacionamento também favoreceu a aplicação do sistema, pois se encontra a aproximadamente 35° em relação ao norte verdadeiro, proporcionando maior eficiência ao sistema ao longo de todo o ano.

A previsão média de geração do sistema é de 38083,33 kWh/mês, o que equivale a uma economia de aproximadamente R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) por ano.

**Evolução constante** – Em 2017, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRF1 iniciou o processo de revisão das metas e ações do Plano. O grupo recebeu sugestões dos cinco grupos executivos temáticos responsáveis pelo acompanhamento das ações sustentáveis em toda a 1ª Região com o objetivo de aprimorar a gestão sustentável.

Finalizada a fase de avaliação das propostas, a Comissão submeterá a minuta do texto revisado do PLS à aprovação da Administração do Tribunal, ação prevista para ocorrer no mês de maio.

A revisão está prevista na [Resolução Presi 4](#), que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região. De acordo com o documento, o Tribunal e as seções judiciárias, por meio das comissões gestoras do PLS, são responsáveis por monitorar, avaliar e revisar os seus respectivos Planos. Mais informações sobre o PLS estão disponíveis na [página da Gestão Socioambiental](#) no Portal do TRF1. Lá também estão disponíveis os relatórios de desempenho do PLS do Tribunal e das 14 Seções Judiciárias.



## Pelo fim da fila

Conciliação pretende zerar lista de espera para atendimentos de radioterapia no SUS do Distrito Federal

✪ Gilbson Alencar (Secom/SJDF)/Thainá Salviato | Ed. 86 Mar 2018

No dia 6 de março, após quase quatro horas de muito diálogo, representantes da Defensoria Pública da União, da Defensoria Pública do Distrito Federal, do Ministério Público Federal, do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, do Hospital de Base, do Hospital Universitário de Brasília, do Instituto de Radiologia de Taguatinga, do Hospital Santa Lúcia e do Hospital Sírio Libanês, sensibilizados pela premente necessidade de se dar um atendimento mais humano e eficaz aos portadores de neoplasia maligna do Distrito Federal e do Entorno, firmaram acordo nos autos da Ação Civil Pública nº 1014588-19.2017.4.01.3400.

Pelo acordo, está previsto que, até maio deste ano, será duplicada a oferta de atendimentos em radioterapia pelo SUS/DF (que passará das atuais 150 para 294 vagas/mês). Além disso, até o dia 1º de agosto de 2018, todos os pacientes serão atendidos em até 60 dias, conforme fixado na Lei 12.732/12 (segundo lista atualizada, aproximadamente 400 pacientes aguardam o início do tratamento fora desse prazo).

Para tanto, foram acordadas várias medidas, entre elas: as unidades hospitalares cederão parte de sua atual capacidade ociosa (em quotas delimitadas no acordo e dentro de valores padronizados); o Governo do Distrito Federal cederá ao Hospital Universitário um profissional para ampliar a capacidade de utilização do equipamento de radioterapia recém instalado; o Ministério da Saúde gestionará, dentro dos ditames legais, a conclusão do processo de licenciamento junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear de um novo equipamento já instalado junto à uma das unidades hospitalares acima nominadas; o Hospital Sírio Libanês aceitou renovar (por mais 3 anos) e ampliar (para 1.200 atendimentos) parceria com o SUS/DF.

Pelo pacto, os gestores do SUS/DF enviarão, quinzenalmente, à DPU, à DPDF e ao MPF lista atualizada dos pacientes que aguardam tratamento em radioterapia. A DPU e a DPDF passarão a indicar um representante, cada, para acompanhar as ações do grupo de trabalho criado pelo GDF para reestruturar o Programa de Radioterapia local.

Segundo o juiz federal Rolando Valcír Spanholo, da 21ª Vara Federal, "trata-se de uma importante solução coletiva para o emblemático problema da radioterapia que assola, direta (pacientes) e indiretamente (familiares), milhares de pessoas que residem no Distrito Federal e no chamado Entorno, a qual somente foi possível graças ao desprendimento, o profissionalismo e a boa vontade de todos os envolvidos, que, mesmo diante das suas limitações técnicas, não mediram esforços para oferecer um tratamento mais humano, justo e eficaz a todos aqueles que sofrem com a cruel doença da neoplasia maligna".

No entendimento do magistrado, a solução coletiva e dialogada atende aos propósitos do projeto-piloto de especialização de Varas Federais em saúde pública (no caso, 3ª e 21ª Varas da SJDF), sugerido pelo Conselho Nacional de Justiça e prontamente acolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Entenda o caso** – Em outubro de 2017, as Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal propuseram, perante a 21ª Vara Federal de Brasília (especializada em saúde pública), a Ação Civil Pública nº 1014588-19.2017.4.01.3400 visando combater uma série de problemas ligados à execução do Programa de Radioterapia junto ao SUS/DF.

Inicialmente, restou infrutífera a 1ª audiência de conciliação realizada em dezembro daquele ano. Por isso, no dia 7 de janeiro, em sede liminar, o juiz federal substituto Rolando Valcír Spanholo reconheceu o estado de inconstitucionalidade que maculava tal programa (na época, mais 800 pacientes aguardavam na lista de espera) e, diante da gravidade da situação, fixou 90 dias (úteis) para que o prazo fixado pela Lei 12.732/12 (60 dias) passasse a ser respeitado no âmbito do SUS/DF.

Como medidas de apoio - CPC, art. 139, IV; e art. 15, XIII, da Lei 8.080/90 -, ficou autorizada a requisição da capacidade ociosa disponível na rede hospitalar privada de Brasília e estabelecido multa de R\$ 200 mil para cada paciente na hipótese de descumprimento da liminar concedida.

Na mesma decisão, ficou designada nova audiência de conciliação e determinada a intimação das unidades de saúde privada para que comparecessem ao ato, quando seria deliberada sobre a sua inclusão ou não no polo passivo da ACP. Realizada a audiência, as partes conciliaram. Confira a íntegra da [ata do acordo](#) e da [liminar](#).



# Expectativa X REALIDADE

Atraso em entrega de anel de noivado pelos Correios gera direito à indenização por danos morais

✶ Daniela Garcia/Thainá Salviato | Ed. 86 Mar 2018

Comprar pela internet é um hábito cada vez mais comum entre os consumidores brasileiros. Um estudo realizado em 2017 pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) nas 27 capitais do País revelou que 89% dos internautas realizaram ao menos uma compra on-line nos 12 meses anteriores à pesquisa. Os resultados indicaram que os líderes em compras on-line são homens (93%), pessoas entre 25 e 49 anos (95%) e pertencentes às classes A e B (99%). Outro dado que chama a atenção é que apenas 4% das pessoas que têm acesso à internet revelaram nunca ter feito compras pela rede.

Entre as vantagens apontadas pelos entrevistados, o destaque para a percepção de que os produtos são mais baratos que nas lojas físicas, motivo indicado por 58% dos participantes. Outros motivos são a comodidade de comprar sem sair de casa (45%) e a economia de tempo (29%).\*

Mas nem sempre essas vantagens se concretizam, e muitas vezes a opção de comprar pela internet em busca da rapidez e da praticidade pode se transformar em transtorno e prejuízo. Atrasos nas entregas das compras feitas pela internet têm ocorrido frequentemente, e há casos que chegam até mesmo à Justiça.

O militar Robson Barreto já está acostumado a fazer compras pela internet, e sempre toma todos os cuidados necessários, observa as avaliações das empresas e tem a facilidade de adquirir o produto sem ao menos precisar sair de casa. Mas a última compra deu um pouco de dor de cabeça, e o problema foi justamente receber a mercadoria. Já se passaram mais de 14 dias do previsto para a entrega das bandanas que ele vai usar na faculdade de enfermagem e até agora nada. "A gente quando compra um produto, quer receber a mercadoria, quer ver, tocar, testar se ficou bom. No meu caso, eu estou aguardando porque eu quero ver o material, também pra mostrar aos amigos e ver se eles também se interessam".

Casos como o de Robson são vistos com frequência, e há situações ainda piores. Imagine programar um pedido de casamento em Paris, pagar passagens, hospedagem, comprar o anel de noivado de um site bem conhecido, pagar uma taxa maior de entrega para a joia chegar em apenas um dia e acabar tendo que viajar sem o produto por falha nos serviços prestados pelos Correios!

Pois foi o que aconteceu com um homem no Piauí. Ele comprou o anel em 18 de dezembro; a entrega seria no dia seguinte, mas só ocorreu 11 dias depois, no fim da tarde. O voo do casal saiu antes, às 11h45 da manhã. Ou seja, o noivado dos sonhos não saiu como planejado. Inconformado, o noivo entrou com uma ação na Justiça contra a ECT, e já em primeira instância o requerente garantiu a indenização por danos morais.

A ECT recorreu ao TRF1 e alegou que é parte ilegítima na ação, visto que a relação de consumo foi estabelecida entre o autor e a loja. Sustentou, dentre outros argumentos, que não ficou demonstrada a culpa por parte dos Correios.

Mas, ao analisar o caso, a 6ª Turma do Tribunal considerou que os fatos foram comprovados e configurada a responsabilidade civil da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O Colegiado destacou que a situação causou violação ao direito da personalidade, especificamente à honra. Portanto, é devida a indenização por dano moral no valor de R\$ 2 mil.

O advogado Gabriel Chiavegatti fala sobre a responsabilidade objetiva da ECT: "a partir do momento em que ela como empresa vende um serviço e se põe à disposição e até cobra uma taxa mais alta pela entrega mais rápida e pública, a instituição assume pra si os riscos do negócio. Os Correios prestam um serviço público de postagem e têm uma responsabilidade objetiva por aquilo que vendem".

Por meio de nota, a ECT informou que situações pontuais podem ocorrer e quando acontecem são adotadas soluções para cada questão. Acrescentou que está adequando a força de trabalho, reajustando o efetivo nas unidades e que vem investindo em inovações tecnológicas para melhorar os processos internos e aumentar a qualidade do serviço oferecido.



### Presidente do TRF1 visita Justiça Federal no Acre e recebe homenagens do Exército

Nos dias 5 e 6 de março, o então presidente do TRF 1ª Região, desembargador federal Hilton Queiroz, acompanhado do diretor-geral Carlos Frederico Maia Bezerra, esteve pela primeira vez na Seção Judiciária do Acre e na Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul.

O magistrado, no primeiro dia da visita institucional, foi recebido pelo diretor do foro, juiz federal Guilherme Michelazzo, acompanhado do diretor substituto, juiz federal Herley da Luz Brasil, e reuniu-se com os magistrados da Seccional.

[\(Leia mais\)](#)



### OAB-DF homenageia desembargadora Maria do Carmo Cardoso por sua atuação em defesa dos direitos das mulheres

A desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso foi homenageada, no 26 de março, pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB-DF) por destacar-se na defesa dos direitos das mulheres. O presidente da OAB-DF, Juliano Costa Couto, entregou à magistrada a medalha Myrthes Gomes Campos durante solenidade pública realizada na sede da instituição, em Brasília/DF.

[\(Leia mais\)](#)

### 35ª Vara da SJMG se torna especializada para julgar crimes cibernéticos

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região aprovou, mediante a [Resolução Presi 5747798](#), a especialização da 35ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMG) para processar e julgar crimes cibernéticos próprios e crimes praticados contra crianças e adolescentes pela *internet*. A competência abrange todo o estado de Minas Gerais.

[\(Leia mais\)](#)



### 7ª Vara da SJAM participa de reunião que viabiliza a execução de PRADs a convite do MPF

No dia 23 de março, um representante da 7ª Vara Federal – Ambiental e Agrária – da Seção Judiciária do Amazonas (SJAM) participou, a convite do Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM), de encontro para a criação de cadastro de instituições e empresas aptas a executarem Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) em decorrência de decisão judicial.

[\(Leia mais\)](#)



## Dever cumprido

Comitê de Gestão Estratégica apresenta resultados das metas de 2017 e resultados parciais de 2018

Thainá Salviato | Ed. 86 Mar 2018

O Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região (CGER-TRF1) realizou, no dia 23 de março, a 8ª Reunião de Análise da Estratégia para apresentar os resultados da estratégia de 2017 e os resultados parciais do monitoramento da estratégia em 2018 e, ainda, debater recomendações para a execução das iniciativas estratégicas e para o cumprimento das metas estratégicas ao longo do ano.

O evento contou com a participação do presidente do TRF1, desembargador federal Hilton Queiroz; do corregedor regional, desembargador federal João Batista Moreira; da coordenadora dos JEFs da 1ª Região, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas; do diretor-geral, Carlos Frederico Maia Bezerra; do gestor das metas do 1º grau, juiz federal Newton Pereira Ramos Neto; da diretora da Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação (Secge), Wânia Maritiza Araújo Vieira, e do assessor do desembargador federal e presidente eleito para o próximo biênio, Carlos Moreira Alves, Márcio Lúcio Marques. Por videoconferência, acompanharam a reunião as diretoras de foro da Seção Judiciária do Amazonas, juíza federal Ana Paula Serizawa Silva Podedworny, e da Seção Judiciária de Roraima, juíza federal Luzia Farias da Silva Mendonça.

Essa foi a última reunião do Comitê em que o desembargador federal Hilton Queiroz participou antes do término de sua gestão. O magistrado avaliou de forma positiva os resultados alcançados e atribuiu o êxito ao trabalho integrado das unidades judiciais. "Foi a divulgação das metas, trabalho de conscientização realizado junto aos magistrados, sobretudo na primeira instância, que desenvolveu um clima não de competição entre as unidades, mas de uma busca de aprimoramento para atender aos parâmetros estabelecidos pelo CNJ no sentido de oferecer uma prestação jurisdicional mais ágil e imediata aos cidadãos", afirmou.

Os resultados da estratégia em 2017 mostraram que o TRF1 cumpriu as Metas 1 (produtividade); 3 (Conciliação); 5 (execução não fiscal) e 7 (ações criminais). Quanto à Meta 2 (celeridade), o Tribunal atingiu 60,40%; na Meta 4 (improbidade), 61,40%; na Meta 6 (ações coletivas) atingiu a marca de 57,40% e na Meta 8 (ações penais) o resultado atingido foi 61,90%.

"A Primeira Região se saiu muito bem. Cumprimos as metas ímpares e nos saímos até na frente de alguns tribunais regionais. As metas pares, que são metas com alvos específicos, nós julgamos em todas elas quantidade maior de processos que todos os outros TRFs. Mas como essas metas pedem um percentual do acervo e o nosso acervo é muito maior, então, aparentemente elas não foram cumpridas. No entanto, é bom frisar que em números absolutos julgamos muito mais que o dobro de processos que os outros regionais", esclareceu a diretora da Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia (Diple), Maria Carolina de Souza Ribeiro.

Em virtude dessa desproporção entre a metodologia de análise das metas e a realidade do TRF1, o presidente Hilton Queiroz apresentou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proposta de alteração dessa metodologia de modo que os resultados reflitam a realidade do trabalho desempenhado pelos tribunais. "Nós encaminhamos ao Conselho, sobretudo quanto às metas que envolvem improbidade administrativa e trabalho escravo, que se considerasse não em termos de percentuais, mas em números absolutos de modo a compatibilizar com esse método de aferição a realidade da Primeira Região. Isso foi feito e não impede outros ajustes no sentido de encaminhamento aos CJF que, por sua vez, encaminhará ao CNJ para que sejam corrigidos os rumos de sorte que a Primeira Região não seja prejudicada", explicou o presidente do TRF1.

**Boas práticas** – Os bons resultados atingidos pelo Tribunal e pelas Seccionais no cumprimento de metas são o resultado da adoção de medidas voltadas para a promoção da estratégia e do incentivo da conquista do [Selo Estratégia em Ação](#).

Na edição 2017 do Selo, de um total de 369 unidades jurisdicionais, 202 foram premiadas (54,75%). Destas, 147 são localizadas em capitais e 52 no interior. Na categoria Unidade Judicial, 73 unidades receberam o Selo Diamante; 40, o Selo Ouro; 32, o Selo Prata e 57, o Selo Bronze. Na categoria Seção Judiciária, o Acre levou o Selo Diamante; Minas Gerais e Goiás empataram na premiação com Selo Ouro; Amapá recebeu o Selo Prata e Tocantins ficou com o Selo Bronze.

Na edição de 2016, foram premiadas apenas 81 unidades, o correspondente a 21,95% das 369 unidades existentes. Houve, portanto, um crescimento considerável de 249% em relação aos resultados do ano anterior. Para que essa evolução fosse atingida, Tribunal e Seções Judiciárias desenvolveram ações voltadas para esses resultados.

**TRF1:** promoção do Plano de Comunicação da Estratégia e criação da cartilha "Você é Parte"; visitas às unidades judiciais do Tribunal e das Seções Judiciárias para apresentação das metas de 2017 e oferecimento de apoio na proposição de iniciativas.

**SJBA:** realizou "Diálogos de Gestão" para diretores de núcleos, supervisores da área administrativa e diretores de varas com os seguintes assuntos: Planejamento Estratégico da JF, gestão de projetos, gestão de processos de trabalho, gestão de riscos, sustentabilidade e o PLS;

**SJAM:** promoveu o "I Encontro dos Diretores", ocasião em que foram ministradas as palestras: "A gestão de projetos e de processos como fator de sucesso e diferencial competitivo" e "O Planejamento Estratégico e o cumprimento das metas nacionais e específicas da JF" como forma de promover a gestão estratégica;

**SJAP:** realizou trabalho intensivo para resolução de conflitos entre União e ocupantes de área da Infraero no Oiapoque, entre outras ações em demandas complexas de saúde, saques de FGTS, parcelas retroativas de progressão funcional a servidores públicos e obteve, em 2017, expressivo resultado de 1.166% de cumprimento da Meta 3.

**SJMG:** instituiu o Grupo de Apoio da Estratégia e Metas do Poder Judiciário da SJMG (Portaria Diref 10/2017), composto de servidores lotados na área-fim para auxiliar no trabalho junto às varas federais de desdobramento do Planejamento e cumprimento de metas de forma interlocutória com o Comitê Institucional de Planejamento Estratégico de Minas Gerais.

**Monitoramento** – Durante a reunião, também foram apresentados os resultados parciais referentes ao monitoramento no Ciclo de Planejamento Estratégico 2015-2020. Até fevereiro de 2018, a 1ª Região executou 29% da estratégia prevista para o período de seis anos, quando considerada a capacidade de execução das iniciativas estratégicas (projetos e ações que promovam o alcance dos objetivos estratégicos). A diretora da Diple ressalta a importância do acompanhamento dos resultados e do planejamento das ações estratégicas: "Este ano começamos bem também nas metas ímpares, mas temos que continuar acompanhando esse acervo, pois elas têm um percentual que é muito variável ao longo do ano, porque estamos sempre recebendo novos processos. Quanto às metas pares, de alvo específico, elas têm quantidade específica de processos a serem julgados para que sejam cumpridas, e nós temos até 31 de dezembro para cumpri-las. É normal que no início do ano elas apareçam com percentual menor porque nós iniciamos agora a atacar esses acervos". Para este ano, o Comitê também já identificou boas práticas em desenvolvimento que poderão resultar em bons índices de cumprimento de metas:

**SJAP:** Projeto de unificação das secretarias de JEF a fim de agilizar os trâmites processuais;

**SJBA:**

- Criação de banco de multiplicadores com 31 servidores;
- Unificação do fundo de tela nos micros para promoção de ações de planejamento estratégico;
- Planilha de Olho na Meta utilizada para divulgar a evolução das unidades na execução das metas e cooperar com ações específicas.

**SJMA:** Melhor desempenho associado à flexibilização da equipe e ao deslocamento entre setores.

**SJMT:** Relatórios das varas e de relatorias de turma recursal consolidados pelo Cipe-SJMT e encaminhados aos diretores de Secretaria com o objetivo de compartilhar estratégias adotadas, dificuldades enfrentadas e sugestões para cumprir cada meta em busca de novas ações para alcance de melhoria de resultados

As metas, o andamento de cumprimento pelas unidades judiciais da 1ª Região e os resultados do Selo Estratégia em Ação podem ser acompanhados pela [página da Gestão Estratégica](#) no portal do TRF1.



Mesa de honra da solenidade

## Histórias vitoriosas

TRF1 homenageia ministra Laurita Vaz e desembargadora federal Neuza Alves, primeira desembargadora negra a integrar a Corte

Thainá Salviato | Ed. 86 Mar 2018

O TRF 1ª Região realizou sessão solene, no dia 22 de março, para homenagear a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministra Laurita Vaz, com a outorga do Colar do Mérito Judiciário "Ministro Nelson Hungria". Na ocasião, também foi homenageada a primeira desembargadora negra do TRF1, Neuza Alves, com a inauguração da exposição permanente de sua toga e aposição de retrato no Memorial Mauro Leite Soares, no Edifício-Sede do Tribunal, Brasília/DF.

A mesa de honra da solenidade foi composta pelo presidente do TRF1, desembargador federal Hilton Queiroz; pela presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministra Laurita Vaz; pelo desembargador federal aposentado e primeiro presidente do TRF1 Alberto José Tavares Vieira da Silva; pela desembargadora federal aposentada Neuza Alves; pelo representante da procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República, procurador da República Zilmar Drummond, e pelo representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), secretário-geral Felipe Sarmiento Cordeiro.

Após a primeira apresentação do Coral *Habeas Cantus*, que interpretou o Hino Nacional, a tarde de homenagens e celebrações foi iniciada com a outorga do Colar do Mérito Judiciário "Ministro Nelson Hungria" à [ministra Laurita Vaz](#), conforme decisão unânime do Plenário do TRF1 em sessão realizada no dia 14 de dezembro de 2017. A honraria – cujo objetivo é agraciar personalidades e autoridades, pessoas jurídicas e instituições, nacionais ou estrangeiras, que, por seus méritos ou relevantes serviços à cultura jurídica, se fizerem merecedoras de especial distinção – foi entregue à presidente do STJ e do CJF pelo presidente Hilton Queiroz.



Coral Habeas Cantus entoa o Hino Nacional

Em seguida, o corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região, desembargador federal João Batista Gomes Moreira, discursou em nome do TRF1. “Esta homenagem representa o grande apreço que a magistratura federal tem pela pessoa da ministra, que é uma mulher vitoriosa, cuja vida se resume a três valores: religião, família e trabalho. Na vida profissional, faz questão de ressaltar sua realização como professora, ao lado das atividades jurídicas no Ministério Público Estadual e Federal e, desde 26/06/2001, na magistratura. O trabalho, para a ministra, torna-se uma segunda religião: é, diariamente, a primeira a chegar e a última a sair do Tribunal, conforme informação de seus auxiliares”, destacou o magistrado.



Desembargador federal João Batista discursando em homenagem à ministra Laurita Vaz

Após a apresentação do servidor César Alencar, do gabinete do desembargador João Batista Moreira, que cantou a música “Monte Castelo” em homenagem a Laurita Vaz, a ministra dirigiu-se à tribuna para seu pronunciamento. “Receber uma homenagem deste tamanho que leva o nome de um grande penalista, de um ministro de sempre do Supremo Tribunal Federal, é sempre uma grande honra. Estou muito feliz de recebê-la do maior Tribunal Regional Federal do País, não só na extensão da jurisdição, mas, também, em número de processos e que tem uma ligação muito forte comigo, pois fiz parte do MPF e, como membro do *parquet*, trabalhei no TRF1. Esta homenagem se reveste de um significado pujante e está repleta de marcas importantes para a história do Judiciário brasileiro”, declarou a homenageada.



Presidente Hilton Queiroz outorgando o Colar Nelson Hungria à ministra Laurita Vaz



Laurita Vaz discursando em agradecimento pela homenagem recebida

**Reconhecimento** – A programação contou, ainda, com a premiação dos certificados do Selo Estratégia em Ação 2017 aos vencedores na categoria Diamante e a homenagem a servidores da Casa, com a outorga de incentivos funcionais.

A entrega dos certificados foi realizada pelo presidente Hilton Queiroz aos representantes das unidades vencedoras. Na categoria “Seção Judiciária”, o diretor do foro da Seção Judiciária do Acre, Guilherme Michelazzo Bueno, representou todo o corpo funcional da Seccional que obteve a maior pontuação no cumprimento das metas no ano de 2017 e que foi a vencedora do Selo Diamante.



Diretor do foro da SJAC recebe certificado do Selo Diamante das mãos do presidente do TRF1

Já na modalidade “Unidade Jurisdicional”, o regulamento da premiação prevê que a unidade judicial contemplada com Selo Diamante que obtiver a maior pontuação na Meta 1, receberá a honraria diretamente do presidente do Tribunal em cerimônia pública. Assim, a juíza federal Raquel Soares Chiarelli, 2ª relatora da 1ª Turma Recursal de Goiás, e o servidor Antares de Andrade Doutor receberam o certificado das mãos do presidente Hilton Queiroz.

“Parabenizo todas as unidades que se esmeraram nos esforços para cumprirem as metas processuais e assegurarem ao jurisdicionado a prestação célere às suas demandas”, concluiu o magistrado.



Presidente Hilton Queiroz entrega certificado do Selo Diamante na Categoria Unidade Jurisdicional à juíza Raquel Chiarelli e ao servidor Antares Doutor

Ainda como forma de reconhecer a dedicação dos servidores ao Tribunal e à Primeira Região, foram entregues também os prêmios de incentivos funcionais, mediante a homenagem por tempo de serviço, que se destina a premiar servidores que, em plena atividade no Tribunal ou nas seções judiciárias, completam 10, 20, 30, 40 e 50 anos de efetivo serviço.

Representando os servidores que completaram de 30 a 39 anos de serviço receberam a medalha e o certificado os servidores Washington Cardoso da Cunha (Seção de Manutenção e Conservação de Veículos) e José Carlos Viana (Divisão de Planejamento). Representando os servidores que completaram de 20 a 29 anos de serviço, foram premiados os servidores Isadalva Rabelo Fontineli (gabinete da desembargadora federal Mônica Sifuentes) e José Roberto Lopes (Assessoria de Comunicação Social). E representando os servidores que completaram de 10 a 19 anos de serviços prestados, receberam o bôton e o diploma os servidores Eurípedes Veloso Nogueira (Gráfica) e Fernanda Buralli da Costa Barros (Divisão de Cadastro de Pessoal).

Proforma



Washington Cunha e José Carlos Wiana recebem homenagem em nome dos servidores que completaram entre 30 e 39 anos de serviço

Proforma



Isadalva Fontineli e José Roberto Lopes são homenageados em nome dos servidores que completaram entre 20 e 29 anos de serviço

Proforma



Eurípedes Nogueira e Fernanda Barros foram agraciados em nome dos servidores que completaram entre 10 e 19 anos de serviço

**Trajatória vitoriosa** – A cerimônia solene teve como um de seus objetivos principais homenagear a desembargadora federal aposentada do TRF1 [Neuza Alves](#), a primeira mulher negra a integrar a Corte. Para tanto, foi realizada a inauguração da exposição permanente da toga de gala que pertenceu à magistrada e a aposição de seu retrato no Memorial Mauro Leite Soares, localizado no Edifício-Sede I do TRF1, em Brasília.



Presidente Hilton Queiroz, desembargadora federal aposentada Neuza Alves e seu marido após inauguração da exposição da toga de gala da homenageada

O presidente Hilton Queiroz acredita que o destaque à desembargadora, "com a aposição de seu retrato e a exposição da toga de gala que sua excelência envergou ao longo de 14 anos no Tribunal, resgata e sinaliza um marco histórico para o TRF1, a presença da mulher e a primeira mulher negra a integrar o quadro desta Corte. Isso é importantíssimo num momento em que o País procura resolver estas questões de diferenças raciais que não podem existir dentro de uma república sadia".

A homenageada Neuza Alves destacou a importância de lutar cada vez mais pelo espaço das pessoas negras na sociedade e agradeceu a todos com quem trabalhou pela trajetória realizada. "Tenho neste momento uma sensação enorme de dever cumprido. Vim para o Tribunal para formar equipes e trabalhar até não poder mais, escrever meu nome na história do Tribunal acompanhada de todas essas pessoas que me trouxeram até aqui. Combati o bom combate, terminei a carreira e guardei a fé. Com essa fé cheguei ao topo da montanha, e daqui do topo eu posso olhar o futuro e dizer: venham todos que quiserem realizar sonhos, que o caminho está aberto para todos. Estou realizada, em pleno regozijo. Dificuldades existem, mas temos que ir em frente. Mulheres adiante, mulheres negras mais ainda, homens e mulheres de todas as raças, etnias, credos, esperanças, preferências, o mundo está aí para ser conquistado. Retroceder jamais!"

Após o pronunciamento da desembargadora federal Neuza Alves, foi exibido um vídeo em homenagem à trajetória da homenageada, cujo texto foi escrito pela desembargadora federal Daniele Maranhão, e a produção audiovisual realizada pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom).

O encerramento das homenagens no Plenário também se deu ao som do Coral *Habeas Cantus*, que entoou o Hino da Justiça Federal da 1ª Região, regido pela maestrina Priscila Martins e acompanhado pelo pianista David Reis. O grupo também homenageou Neuza Alves, dedicando a ela a canção "Parabolicamará" e entregando-lhe um buquê de rosas.

**Presenças** – Prestigiaram a solenidade também o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), José Coelho Ferreira; os ministros do STJ Og Fernandes, Isabel Gallotti, Assusete Magalhães, Moura Ribeiro, Nefi Cordeiro, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Reynaldo Soares da Fonseca e Francisco Cláudio Santos; o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Cláudio Brandão; o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho; os desembargadores federais aposentados do TRF1 Plauto Ribeiro, Antônio Augusto Catão Alves, Eustáquio Nunes da Silveira; Osmar Tognolo; Carlos Fernando Mathias de Sousa, Antônio Ezequiel da Silva e Sebastião Fagundes de Deus; o representante do presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), 2º vice-presidente José Jacinto Costa Carvalho; o representante do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), desembargador eleitoral André Macedo de Oliveira; o defensor público geral federal Carlos Eduardo Barbosa Paz; o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), juiz federal Roberto Carvalho Veloso; o secretário da Receita Federal, Jorge Antônio Deher Rachid; o representante do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Distrito Federal, secretário-geral adjunto Cleber Lopes de Oliveira; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, procurador da República José Robalinho Cavalcanti; a diretora do foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, juíza federal Kátia Balbino; o secretário nacional de Políticas de Promoção Racial, Juvenal Araújo Junior; desembargadores federais do Trabalho, membros da Advocacia-Geral da União, magistrados, prefeitos, servidores homenageados, autoridades e convidados.



Oficina de chá na Seção Judiciária do DF

## Valorização da mulher

No mês de março, seccionais da 1ª Região realizam programações especiais em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

✪ Thainá Salviato | Ed. 86 Mar 2018

Tradicionalmente, o mês de março é marcado por programações especiais dedicadas às mulheres nas seções judiciárias, e este ano não foi diferente. Confira como foram as comemorações em homenagem ao Dia Internacional da Mulher pela Primeira Região:

**Acre** – A Seção Judiciária do Acre (SJAC) realizou dois eventos para comemorar a data. A programação teve início no dia 6 de março com uma vernissagem para apresentação da exposição da pintora acreana Elais Meire Eluan. Com quase 100 anos de idade, a artista fez a exposição denominada “Vida na Amazônia”.



Vernissagem na Seção Judiciária do Acre

A Seccional também promoveu uma roda de conversa para debater “Os diferentes papéis da mulher na sociedade”. Foram convidadas para o evento três mulheres da SJAC: a servidora com mais tempo de atuação na Seccional e diretora de secretaria da 2ª Vara do Acre, Antônia Setúbal Rodrigues Evangelista; a juíza federal Carolynne Souza de Macêdo Oliveira e a servidora aposentada Ivete Jane Pereira de Souza.



Roda de conversa na Seção Judiciária do Acre

Na abertura da atividade, o ex-servidor e poeta Jeronymo Arthur homenageou as mulheres recitando uma poesia de sua autoria, criada especialmente para a celebração.

Durante a conversa, foram abordados diversos temas como violência, desigualdade profissional, maternidade e desafios nas diferentes gerações. As participantes receberam certificado e foram agraciadas com uma rosa.

**Amapá** – O Dia Internacional da Mulher foi comemorado na Seção Judiciária do Amapá com homenagens nos dias 8 e 9 de março. Uma agenda especial foi preparada para as mulheres da Seccional pelas unidades da Seção de Bem-Estar Social (Sebes), representada pelo supervisor Flavyo Henrique Costa Santos, do Serviço de Atendimento Médico e Odontológico (Seamo); pela médica Yadine Alcolumbre Muniz e pelo diretor do Núcleo de Recursos Humanos (Nucre), Antonio Fausto Viana.

No primeiro dia houve uma exposição de produtos relacionados à saúde e uma palestra sobre o bem-estar das mulheres com a psicóloga Sílvia Karla Winker e Silva. No mesmo dia, após a palestra, foram disponibilizados atendimentos gratuitos de pilates, fisioterapia, limpeza de pele, quiropraxia e distribuídos chás, *shakes* e outros produtos de beleza.



Palestra sobre o bem-estar das mulheres com a psicóloga Sílvia Karla Winker e Silva

Na manhã de sexta-feira (9), a programação contou com a palestra do ginecologista Aljerry Dias, que falou sobre “Saúde da Mulher”. Em seguida, foi oferecido um café da manhã e, por fim, uma sessão de cuidados com a pele e a palestra sobre automaquiagem.



Palestra do ginecologista Aljerry Dias

**Distrito Federal** – Palestra sobre estética e dermatologia foi o destaque do primeiro dia de atividades da Semana Especial da Mulher, promovida pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF). No início da noite do dia 7 de março, dezenas de mulheres e alguns homens da Seccional participaram da roda de conversa "Estética e Dermatologia", com o médico Gilvan Alves, mestre em dermatologia pela Universidade de Londres. O especialista respondeu a diversas perguntas sobre substâncias e procedimentos realmente eficazes no cuidado da pele, perigos do sol e ilusões da indústria cosmética.



Roda de conversa "Estética e Dermatologia", com o médico Gilvan Alves

De acordo com a Sociedade Brasileira de Dermatologia, 4,5 milhões de brasileiros já tiveram câncer de pele, dentre outros fatores, por falta de cuidados específicos. Segundo Gilvan Alves, "o sol não é um vilão, mas a exposição solar indiscriminada, desprotegida e intermitente, pode torná-lo um vilão, por ele ser o principal fator de risco para o câncer de pele". Confira os cuidados recomendados pelo especialista: usar filtro solar diariamente e aplicá-lo corretamente, inclusive em dias nublados ou chuvosos; aplicar filtro solar mesmo que esteja usando maquiagem que já contenha filtro; usar filtro solar em todo o corpo e não apenas no rosto, não se expor ao sol; não se bronzear com luz natural, e muito menos com bronzeamento artificial; ir ao dermatologista regularmente; ficar atento a novos sinais na pele, ingerir muita água diariamente e frutas e verduras.

Para Gilvan Alves, o bronzeado é a resposta da pele à agressão do sol, e não é necessário mais do que cinco minutos de exposição para acumular vitamina D no corpo para alguns dias. "Bronzeado deve deixar de ser bonito, como aconteceu com o cigarro", esclarece o médico.

O melanoma, câncer conhecido como o mais agressivo por se espalhar para nódulos linfáticos e órgãos distantes, aparece sutilmente como uma pinta ou um sinalzinho que deve ser observado. Para auxiliar a plateia a descobrir qual novo sinal na pele precisa de atenção, Gilvan Alves explicou o ABC do Melanoma: A - assimetria: pinta ou sinal que não existia na pele e que aumenta com o tempo, B - borda: a pinta é irregular (lembra um mapa geográfico) e C - cor: se há variação de cor, "seja qual for sua rotina, não deixe de se olhar e de se cuidar. Preste atenção no seu corpo e nunca protele uma consulta médica", orienta o dermatologista.

O segundo dia da programação foi marcado por oficinas de chás. Eloína Telho, especialista em chás e servidora do Juizado Especial Federal, compartilhou seus conhecimentos, sobre a história e as peculiaridades da segunda bebida mais consumida no mundo, em duas oficinas que aconteceram no *hall* do auditório do Edifício-Sede I. Além de informações e detalhes sobre a bebida, a especialista preparou uma charmosa e tocante apresentação e demonstrou, na prática, as possibilidades de preparo de chás verdes, escolhidos de modo especial pela Moncloa Tea Boutique, apoiadora do evento. Para Eloína, "falar de chá é falar de um universo que envolve plantio, formas de produção, colheita e distribuição, história e cultura, silêncio, presença e afeto". E nada disso faltou para as participantes que se deliciaram com a bebida e foram presenteadas com bem-casados de *matchá* (chá verde moído usado na cerimônia japonesa do chá), encomendados especialmente para as oficinas da Semana Especial da Mulher na SJDF.

**Roraima** – No dia 8 de março, a Seção Judiciária de Roraima (SJRR) promoveu a roda de conversa "A Saúde Mental da Mulher", conduzida pela psicóloga Mônica Melo. O evento aconteceu no auditório da SJRR e contou com a presença de 17 mulheres que trabalham na Seccional. A psicóloga apresentou um texto, algumas imagens e uma dinâmica que proporcionou a participação de todas na conversa sobre diversos aspectos de suas vidas, como profissional, pessoal e social.



Roda de conversa "A Saúde Mental da Mulher"



Mesa principal da solenidade

## Celebração da história

Palestras e homenagens marcam os 50 anos da Justiça Federal no Pará

✪ Paulo Bemerguy/TS | Ed. 86 Mar 2018

Palestras sobre temas atuais do Direito e homenagens a servidores e magistrados marcaram, no dia 14 de março de 2018, a comemoração dos 50 anos da Justiça Federal no Pará. Durante a solenidade, realizada no auditório da Seccional, em Belém, também foi lançada uma revista que traça um resumo histórico do funcionamento da Seção Judiciária do Pará (SJPA), traz artigos assinados por funcionários e juízes e reportagens sobre fatos marcantes nestas cinco décadas, além de infográficos que mostram como a instituição se encontra atualmente estruturada em Belém e no interior.

Naquela data, ocorreu a lavratura da ata que marcou, formalmente, a instalação da Justiça Federal no estado. Em seu início, a Seccional tinha um acervo de quatro mil processos sob a responsabilidade de apenas dois magistrados. Atualmente, a Seção Judiciária aprecia cerca de 235 mil processos, dos quais 170 mil em tramitação nas 12 varas e em duas turmas recursais que funcionam na sede, em Belém. O restante dos processos tramita nas subseções que funcionam em oito municípios – Santarém, Marabá, Altamira, Castanhal, Redenção, Paragominas, Tucuruí e Itaituba. Em todo o Pará, atuam 38 magistrados (24 em Belém e 14 no interior). O quadro funcional é composto de 458 servidores, 174 estagiários e 198 terceirizados.

A solenidade comemorativa contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Hilton Queiroz; o diretor do foro, juiz federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes; o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, e os desembargadores do TRF1 João Batista Moreira e Daniel Paes Ribeiro. Também esteve presente o desembargador federal aposentado Aristides Porto de Medeiros. Ele e Anselmo Santiago, ministro também aposentado do STJ, foram os dois primeiros juízes da Justiça Federal no estado.

A Diretoria do Foro homenageou o presidente do Tribunal e entregou placas a todos os magistrados lotados na capital, bem como ao servidor José Maria de Brito Coroa, que há 33 anos atua em Belém, sendo o mais antigo em atividade na Justiça Federal no Pará. Todo o quadro funcional foi homenageado simbolicamente com uma placa entregue ao diretor da Secretaria Administrativa (Secad), José Luiz Miranda Rodrigues.

**Riquezas e integração** – “A Justiça Federal no Pará está de parabéns por chegar aos 50 anos, sobretudo numa região de dimensões extraordinárias como a Amazônia. O Brasil, eu sempre digo, é um país de enormes riquezas. Mas suas riquezas não estão apenas no Sul e no Sudeste, encontram-se também em outras regiões, como no Nordeste e no Norte”, disse o presidente do TRF1, desembargador federal Hilton Queiroz.

Ele ressaltou, ainda, a grande importância do desempenho das Forças Armadas em área de fronteira, especialmente na Região Amazônica, e a atuação dessas instituições, responsáveis pela defesa, para integrar o País. “E neste esforço de integração nacional a Justiça Federal também exerce um papel fundamental, porque ela não presta jurisdição neste ou naquele estado, mas no território nacional. Por isso é que a Justiça Federal tem o compromisso com todo o povo brasileiro, com a União”, afirmou.

Em nome do STJ, seu vice-presidente, o ministro Humberto Martins, disse que os 50 anos da Justiça Federal no Pará representam a garantia da tutela jurisdicional mais próxima da população, contribuindo para criar um verdadeiro Estado de Direito com prevalência da dignidade da pessoa humana. "Os nossos parabéns a todos: juizes, servidores, advogados – públicos e privados –, membros do Ministério Público, que, ao longo destes 50 anos, dedicaram parte de suas vidas e conhecimentos à construção desta importante parcela do Poder Judiciário nacional. Que os próximos 50 anos sejam tão produtivos como os que ora comemoramos", acrescentou o ministro.

O diretor do foro, juiz federal Sérgio Wolney Guedes, referiu-se aos magistrados que fizeram e fazem a história da Seccional com dedicação e às vezes até com sacrifício pessoal. Fez referência, também, a um dos primeiros servidores da SJPA, Loris da Rocha Pereira, que foi o primeiro diretor de secretaria. "Ao lembrá-lo, muito nos honra igualmente enaltecer o trabalho realizado por todos os servidores e colaboradores desta Seccional ao longo destes 50 anos. Com sua lealdade e zelo à causa da Justiça, eles foram fundamentais aos serviços judiciais", disse o magistrado.

Em cinco décadas, lembrou o diretor, foram muitos magistrados, servidores e colaboradores que passaram pela SJPA e fizeram a história da Seccional, ajudando a levar dignidade e cidadania a todo o povo paraense. "A essência da Justiça Federal no Pará deve ser buscada nas pessoas que integram esta instituição, no trabalho de cada um, cada qual com sua respectiva responsabilidade, mas também deve ser buscada nos seus jurisdicionados que vêm aqui lutar por seus direitos", enfatizou Sérgio Wolney.

**Palestras** – O evento que marcou os 50 anos da Justiça Federal no Pará teve o apoio institucional da Caixa Econômica Federal e incluiu palestras em que quatro juristas abordaram temas atuais do Direito. O primeiro palestrante, ministro Humberto Martins, ao discorrer sobre o tema "Os Procedimentos e a Ética do Magistrado", ressaltou ser indispensável ao juiz observar sempre, e rigorosamente, os princípios éticos no exercício de suas funções para que possa dignificar o exercício da magistratura.

O corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região, desembargador federal João Batista Moreira, falou sobre "Controle Judicial de Políticas Públicas", fez uma análise sobre a evolução da divisão de poderes no Estado, do conceito de ato administrativo e de políticas públicas, assim como abordou aspectos do controle judicial sobre as políticas públicas. Ele alertou que os magistrados sempre devem resistir à tendência que os leva, muitas vezes, a se substituírem às escolhas feitas pelos próprios gestores na execução de políticas públicas.

Titular do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), o professor-doutor Antônio Gomes Moreira Maués, ao expor o tema "Perspectivas do Controle de Convencionalidade no Brasil", disse que em qualquer grau de jurisdição os julgamentos de casos relativos aos direitos humanos devem também amparar-se não somente em leis e na Constituição do Brasil mas em tratados e acordos internacionais aos quais o País aderiu e que se encontram plenamente em vigor. Para isso, Antônio Maués acrescentou, é necessário que os magistrados conheçam a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos e, de forma mais profunda, a jurisprudência que vem sendo construída pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos, com sede em San Jose, capital da Costa Rica.

Fechando a programação, o professor-doutor Léo Ferreira Leony, procurador do Distrito Federal, abordou o tema "Controle de Constitucionalidade: um olhar a partir das políticas públicas". Dentre outras questões, ele avaliou que o Poder Judiciário demonstra o que chamou de déficit técnico para julgar questões complexas que exigem a participação de especialistas para que possam mais bem instruir o Judiciário a proferir suas decisões, não sendo um déficit de legitimidade, mas um déficit de conhecimentos técnicos que talvez coloquem o controle judicial e repressivo de constitucionalidade como um elemento ou procedimento pouco amigável em relação à defesa da Constituição quanto às políticas públicas.



## Turma anula sentença e declara paciente de cardiopatia grave isento do imposto de renda

Por Leonardo Costa – Ascom/TRF1

A 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), por unanimidade, deu provimento à apelação interposta por um aposentado que objetivava a declaração de isenção de imposto de renda sob a alegação de ser o autor paciente de moléstia grave, com a consequente restituição do que foi pago sem ser devido.

Insatisfeito com a decisão do Juízo Federal da 17ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais que julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, com a condenação da parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, o demandante recorreu ao Tribunal.

[\(Leia mais\)](#)

## Objetos postados sem declaração de valor não exige a ECT do ressarcimento em caso de extravio

Por Leonardo Costa – Ascom/TRF1

A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra a sentença do Juízo Federal da Vara Única da Subseção Judiciária de Viçosa/MG, que julgou parcialmente procedente o pedido feito por uma empresa, condenando a ECT ao pagamento de indenização por danos materiais em razão de extravio de objetos postados pela recorrida via SEDEX.

[\(Leia mais\)](#)



## Juiz federal é competente para transferir detento da justiça estadual para presídio federal

Por Leonardo Costa – Ascom/TRF1

A 4ª Turma do TRF 1ª Região, por unanimidade, negou a ordem de *habeas corpus* em favor de dois detentos recolhidos ao Presídio Federal de Catanduvas, no Paraná, contra ato do Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária de Goiás que deferiu o pedido do Superintendente da Polícia Federal em Goiânia/GO de transferência dos pacientes para o estabelecimento prisional federal de segurança máxima em razão de ambos desempenharem função de liderança em organização criminosa e de haverem eles ameaçado um delegado e um agente da Polícia Federal encarregados do inquérito em que se apura a prática de crimes de tráfico internacional de drogas.

[\(Leia mais\)](#)

## TNU ratifica entendimento sobre cálculo de benefício em caso de atividades concomitantes

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) confirmou, por maioria de votos, a tese de que no cálculo de benefício previdenciário concedido após abril de 2003 devem ser somados os salários de contribuição das atividades exercidas concomitantemente, sem aplicação do artigo 32 da Lei nº 8.213/1991. A decisão foi tomada, por maioria, na sessão do dia 22 de fevereiro de 2018, realizada na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília/DF. O processo foi julgado como representativo de controvérsia para que o entendimento seja aplicado a outros casos com a mesma questão de direito.

[\(Leia mais\)](#)

## Acordo garante pagamento de R\$ 13,7 milhões a famílias afetadas por danos ambientais

Por Paulo Bemerguy – Secos/SJPA

O juiz federal Arthur Pinheiro Chaves, da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará, homologou, no dia 6 de fevereiro, um acordo em que várias empresas se obrigam a desembolsar R\$ 13,7 milhões para a reparação de danos causados pelo naufrágio do navio Haidar, em outubro de 2015, no Porto de Vila do Conde, município de Barcarena. O desastre ambiental, considerado o maior já ocorrido no estado do Pará, resultou na morte de quase cinco mil bois e afetou diretamente milhares de famílias ribeirinhas que agora serão indenizadas.

[\(Leia mais\)](#)

**TRF1 - Isenção de imposto de renda em razão de tuberculose pode ser indeferida se a doença for curada**

**• TRF1 - Comprovação de dolo é requisito para condenação por corrupção ativa**

**• Conciliação da Justiça Federal do Amapá pacifica conflito entre União e ocupantes de área de Infraero no Oiapoque**



Vila de pescadores

# A incógnita CHILOÉ (parte II)

✶ Eivaldo Pinho/TS\*  
Ed. 86 Mar 2018

Continuando o relato da minha experiência de vida em Chiloé, quero compartilhar com vocês que na ilha existem 286 tipos de batata nativos com cores e formatos diversos das quais os chilotes se utilizam para substituir o pão, visto que por lá a farinha de trigo é bem mais cara. Quase tudo que é consumido por eles leva batata. E como tal, para evitar mais delongas, informo e recomendo que no arquipélago seja dada preferência à ingestão de pescados e mariscos acompanhados de todo tipo de batata, cada uma delas adequada a cada peixe. Bom, barato e saudável!

Quero lembrar que em termos de mar e derivados sou bem vivido, daí digo com muito conhecimento de causa que nunca vivenciei tanto marisco e pescado de alta qualidade como no Chile, mais especificamente no arquipélago de Chiloé. Como nos alimentamos com qualidade! Além dos pescados, com destaque para os salmões, vimos várias fazendas de cultivo de todo o tipo de marisco. Realmente, os chilotes são um exemplo a ser seguido nas plantações, nas criações de ovelhas, na aquicultura e na pescaria, pois propiciam uma subsistência sadia e uma excelente fonte de renda com a exportação. Os salmonídeos (trutas arco-íris), os salmões do Atlântico (Salmo Salar), o do Pacífico (O. kisutch) e o selvagem (Chinook) são um exemplo do que se produz por lá.

Apesar de sabermos que não estávamos em nenhum grande centro, estupefatos ficamos com a limpeza e a higiene dos mercados, a exemplo dos famosos e perigosos ouriços, dos quais é retirado todo o conteúdo comestível, o que por nossas bandas não temos a tradição de consumir, mas que é muito salutar. Por nossas terras somente alguns raros pescadores quebram seus espinhos, partem sua carapaça ao meio e se deliciam com o conteúdo, cru. Já em Chiloé não vi ninguém comendo caranguejos como no nordeste brasileiro. Por lá os enormes "sentollas" são apreciados como fina e cara iguaria.

Ainda encontramos muita derivação da cultura dos índios Mapuches, seus primeiros habitantes que deram o nome de Chiloé à ilha, que quer dizer "lugar das gaivotas" em virtude da grande quantidade delas no arquipélago. Vimos, também, pelicanos em muitos bandos, inclusive numa disputa com os lobos marinhos por vísceras de peixes que estavam sendo tratados no porto. Que coragem desproporcional ao tamanho (risos)!

De rara beleza são as construções das casas e igrejas de madeira com telhas de alerce, madeira resistente e elástica, onde cada família tinha o seu desenho personalizado. Quanto mais rebuscado maior importância tinha a família. Explico: as telhas compunham as paredes das construções e não os telhados, realmente é um trabalho belo e diferente, para não dizermos exótico.

Encontrei por lá muitos momentos propícios às minhas fotos, tipo pôr do sol com chuva e mau tempo, muitas vezes por sobre as águas (a meu ver são as melhores), os cumes nevados das montanhas ao longe, as casas por demais coloridas. Nesse caso, não descobri se é cultural, se é como na Grécia, onde há um incentivo do governo para tal, ou se é o gosto popular pela profusão de cores. Mas que fica "10", isso fica.

Algo que me leva a gostar de transitar pelas estradas e localidades do Chile é a seriedade com que os cidadãos respeitam suas leis, com que a polícia nos trata, enfim com a segurança que nos passa em seu território. E nem pensar em tentar usar aquele jeitinho brasileiro, muito menos a propina.

Navegar por suas águas também é bastante seguro, por serem, em sua maioria, abrigadas tanto para os grandes *ferryboats* quanto para barcos menores lotados que fazem o trânsito entre as ilhas do arquipélago. Um dia quero visitar algumas daquelas ilhas, onde deveremos encontrar bem mais conteúdo da cultura mapuche enraizada e irmanada com a atual.

Sem nenhum cunho religioso, se Deus existe, e para mim Ele existe, creio que tudo isso ocorre como meio de compensação por estar o Chile sujeito a tantas catástrofes da natureza. Deus, entretanto, presenteou aquele povo com tamanha abundância e com beleza natural e cultural!

# Verde, amarelo e... manchas vermelhas

Sarampo é uma das principais causas de morte entre crianças, e o Brasil enfrenta surto da doença em dois estados



👤 Larissa Santos/TS | Ed. 86 Mar 2018

Imagine acordar e perceber que o seu corpo está coberto de manchas avermelhadas, da cabeça aos pés. É provável que isso signifique apenas uma alergia, mas é preciso estar atento aos sinais.

Essas manchas, acompanhadas de infecção nos ouvidos, pneumonia e ataques (tais como convulsões e olho fixo) podem ser um alerta de sarampo. Porém, a doença começa a dar indícios bem antes das manchas vermelhas. Dentre os sintomas iniciais estão: febre, tosse persistente, irritação ocular e corrimento no nariz.

Bastante comum na infância, o sarampo atinge mais gravemente desnutridos, recém-nascidos, gestantes e pessoas com imunodeficiências, se tornando uma das principais causas de morte entre as crianças. O principal grupo de risco envolve pessoas que tenham entre seis meses e 39 anos de idade. Entre os adultos, os mais suscetíveis à doença são trabalhadores de portos e aeroportos, de hotelaria e profissionais do sexo, já que estão mais expostos a turistas ou imigrantes de locais onde há ocorrência de sarampo.

A doença, classificada como infecciosa, é causada por vírus e altamente contagiosa. A transmissão ocorre de pessoa para pessoa por meio de tosse, espirros, fala ou até mesmo da respiração, devido à dispersão no ar de gotículas contaminadas com o vírus, que podem perdurar por longo período de tempo no ambiente, principalmente em locais fechados, tais como escolas e hospitais.

De acordo com a [Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\)](#), o contágio ocorre na primeira fase da doença, em que a pessoa infectada apresenta febre, mal-estar, coriza, irritação ocular, tosse e falta de apetite, e pode durar até quatro dias depois do aparecimento das manchas vermelhas.

O médico infectologista Antônio Magela explica que, no início, o sarampo é uma doença infecciosa como qualquer outra, o que dificulta o diagnóstico. Somente a partir do quarto ou quinto dia de sintomas é possível realizar o diagnóstico com precisão.

Ele afirma que existe apenas uma forma de detecção do sarampo: os exames laboratoriais. A confirmação da doença pode ocorrer por meio da identificação do material genético do vírus; do próprio vírus durante a fase aguda ou até mesmo no período após a manifestação da doença, com a identificação de anticorpos específicos desenvolvidos pelo organismo de uma pessoa infectada.

Qualquer pessoa está suscetível a pegar sarampo, e a única forma de se prevenir é a vacinação. Conhecida como tríplice viral, pois combate três doenças (rubéola, sarampo e caxumba), a vacina deve ser tomada, seguindo recomendação do Ministério da Saúde, em apenas uma dose por adultos de 30 a 49 anos e duas doses por pessoas de cinco a 29 anos de idade.

As crianças menores também devem receber duas doses: a primeira com 12 meses de idade, e a segunda entre 15 meses e quatro anos; porém, a segunda dose deve ser adicionada de componente de combate à varíola, passando a ser chamada de vacina Tetra Viral.

Já os recém-nascidos cujas mães foram vacinadas têm anticorpos temporários, contra a doença, que são transmitidos pela placenta e oferecem imunidade ao longo do primeiro ano de vida.

A partir de 50 anos de idade, a vacina não é mais indicada porque "a probabilidade dessas pessoas terem tido contato com o vírus do sarampo e já terem desenvolvido a imunidade é muito grande", esclarece o infectologista.

#### Certificado de Eliminação

Em 2016, a região das Américas (do Norte, Central e do Sul) foi declarada pela [Organização Pan-Americana de Saúde \(OPAS/OMS\)](#) como a primeira região livre de sarampo no mundo.

A doença se tornou a quinta prevenível por vacinação a ser eliminada nas Américas, antecedida pela varíola, em 1971; pela poliomielite, em 1994; pela rubéola, em 2015, e pela síndrome de rubéola congênita no mesmo ano.

Entre 1971 e 1979, antes do início da vacinação intensiva, o sarampo foi a causa de morte de cerca de 2,6 milhões de pessoas no mundo e quase 102 mil somente nas Américas. A OPAS/OMS estima que a vacina evitou 20,4 milhões de mortes entre 2000 e 2016, resultando em uma queda de 84% nos óbitos por sarampo no mundo.

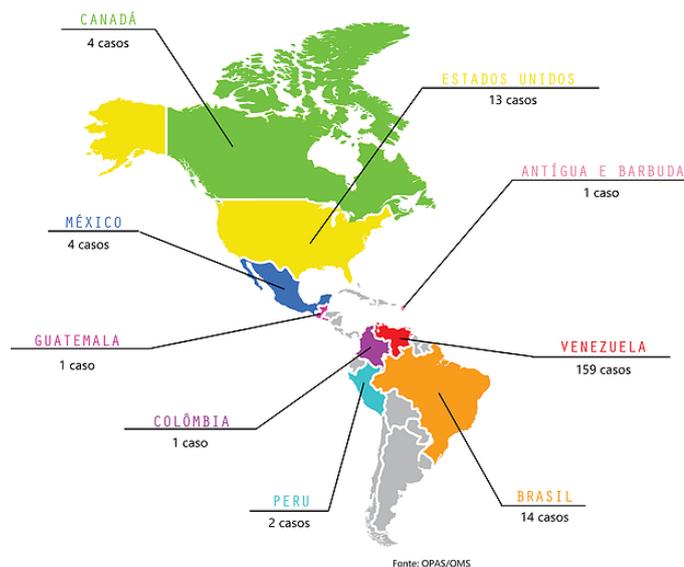
O último surto da doença na região havia sido registrado em 2002 na Venezuela, e no Brasil o último caso foi comprovado em julho de 2015, justificando o recebimento do certificado de eliminação da doença. Porém, devido ao alto risco de contágio e à permanência da circulação do vírus no restante do mundo, as Américas não estavam totalmente livres de novos surtos.

#### Novos casos

A comemoração da eliminação do vírus não durou muito tempo. Em 2017, Argentina, Canadá, Estados Unidos e Venezuela confirmaram casos da doença, enquanto que no continente europeu a incidência quadruplicou.

Nos dois primeiros meses de 2018, nove países americanos relataram casos confirmados de sarampo. Antígua e Barbuda, Brasil, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, Guatemala, México, Peru e Venezuela constataram, juntos, quase 200 casos da doença. Só na Venezuela foram 159 ocorrências, seguida no ranking pelo Brasil, com 14.

#### Incidência de sarampo nas Américas nos dois primeiros meses de 2018



No que diz respeito ao Brasil, os dados publicados no Boletim Epidemiológico da OPAS/OMS, em 16 de março deste ano, são preocupantes. A organização denuncia um surto em andamento de sarampo no estado de Roraima. São 50 casos suspeitos da doença, dos quais 14 foram confirmados e 36 ainda estão em investigação.

Os casos confirmados são de cidadãos venezuelanos, de idade entre 9 meses e 18 anos e não vacinados. O Ministério da Saúde esclarece que isso ocorre devido ao recebimento de um grande volume de imigrantes venezuelanos, tendo em vista que o país enfrenta um surto da doença, principalmente no município de Caroni, que faz fronteira com o Brasil.

Mas Roraima não é o único estado brasileiro a apresentar casos de sarampo. Um balanço feito pela [Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas \(FVS-AM\)](#), em 29 de março, aponta que há 61 casos suspeitos da doença no estado, quatro deles confirmados.

### Prevenção

Embora o sarampo não tenha tratamento específico, as complicações graves da doença podem ser evitadas. Uma boa nutrição, a ingestão suficiente de líquidos e o tratamento da desidratação com soluções orais recomendadas pela OMS são algumas formas de amenizar os efeitos da doença. Porém, como dizia o velho ditado, 'é melhor prevenir do que remediar'. O governo federal brasileiro tem adotado medidas de prevenção do sarampo, principalmente nos estados em que a situação é mais alarmante.

A principal estratégia utilizada é a promoção de campanhas de vacinação, especialmente para a população de Roraima e do Amazonas, incluindo nesse grupo os imigrantes venezuelanos.

Além disso, o [Ministério da Saúde](#) tem investido na capacitação de profissionais da saúde e na conscientização da população sobre os sintomas, a transmissão e, sobretudo, a importância da vacina. A OMS recomenda que, para a futura erradicação do sarampo, os países devem alcançar o nível de, pelo menos, 95% na cobertura homogênea de vacinação dos cidadãos.

O infectologista Antônio Magela explica que a situação atual é questão de probabilidade: "quanto maior o número de casos, maior a probabilidade de se ter casos graves. E quanto maior o número de casos graves, maior a probabilidade de complicações e até mesmo de mortes".

Por isso, é fundamental que a doença não seja negligenciada. O especialista alerta: "há relatos de que a decadência de grandes impérios da antiguidade se tenha dado, entre outros fatores, por meio de epidemias que acometiam aquelas populações, que não conheciam e não tinham imunidade para as doenças e eram devastadas e praticamente destruídas. Isso se aplica ao sarampo. Não se pode menosprezar o risco de que as pessoas desenvolvam formas graves da doença. Devemos ficar atentos diante da possibilidade de casos graves e até mesmo de mortes".

Com informações do G1





